



# Prefeitura Municipal de Unaí - MG

Estado de Minas Gerais

PROCESSO Nº **12745/2023**

Abertura:  
15/06/2023

## SOLICITAÇÃO (FAZ)

Protocolo

Solicitante: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Código: CGC/CPF: RG:

Endereço: AVENIDA RAJA GABAGLIA, 1315, LUXEMBURGO, 30.380-435,

Telefone: E-mail:

Origem: DIVISAO DE PROTOCOLO E COMUNICACAO

REFERENCIA - PROCESSO 1024676 - REPRESENTAÇÃO - REPRESENTANTE - ILTON DE OLIVEIRA CAMPOS - REPRESENTADO - JOSE GOMES BRANQUINHO - INSTAURAÇÃO DA DEVIDA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL - EVENTUAL DANO AO ERARIO DECORRENTE DO PAGAMENTO DE JETONS A INTEGRANTES DA COMISSÃO DE LITIAÇÃO DO MUNICIPIO DE UNAI

MARCELO BRUNO FARAES  
DIVISAO DE PROTOCOLO E COMUNICACAO

### MOVIMENTAÇÃO DO PROCESSO

| DESTINO           | DATA              | DESTINO | DATA |
|-------------------|-------------------|---------|------|
| 01 <i>MALEGIS</i> | <i>15.06.23</i>   | 13      |      |
| 02 <i>PROJUR</i>  | <i>20.06.2023</i> | 14      |      |
| 03                |                   | 15      |      |
| 04                |                   | 16      |      |
| 05                |                   | 17      |      |
| 06                |                   | 18      |      |
| 07                |                   | 19      |      |
| 08                |                   | 20      |      |
| 09                |                   | 21      |      |
| 10                |                   | 22      |      |
| 11                |                   | 23      |      |
| 12                |                   | 24      |      |



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo 1024676 - Representação  
Ínteiro teor do acórdão - Página 1 de 9

Processo: 1024676  
Natureza: REPRESENTAÇÃO  
Representante: Ilton de Oliveira Campos  
Representado: José Gomes Branquinho  
Órgão: Município de Unai  
MPTC: Glaydson Santo Soprani Massaria  
RELATOR: CONSELHEIRO JOSÉ ALVES VIANA

### PRIMEIRA CÂMARA - 14/9/2021

REPRESENTAÇÃO. COMISSÃO DE LICITAÇÃO. SERVIDORES PERTENCENTES AOS QUADROS PERMANENTES DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO RESPONSÁVEL PELA LICITAÇÃO. NÚMERO MÍNIMO: DOIS. INOBSERVÂNCIA. IRREGULARIDADE. INCIDÊNCIA DE MULTA.

O art. 51 da Lei nº 8.666/1993 exige que a Comissão de Licitação seja composta por, no mínimo, dois servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsável pela licitação.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Exmos. Srs. Conselheiros da Primeira Câmara, por maioria, na conformidade da Ata de Julgamento e das Notas Taquigráficas, diante das razões expendidas no voto do Relator, em:

- I) julgar procedente a Representação e aplicar multa pessoal e individual ao Sr. José Gomes Branquinho, então Prefeito do Município de Unai, no valor de R\$2.000,00 (dois mil reais), com fundamento no disposto no art. 85, inciso II, da Lei Complementar nº 102/2008, em decorrência de manifesta infringência ao disposto no art. 51 da Lei nº 8.666/1993;
- II) determinar ao gestor do Município de Unai a instauração da devida Tomada de Contas Especial, com base nas disposições dos arts. 245 e 249 da Resolução nº 12/2008 (Regimento Interno do Tribunal de Contas de Minas Gerais), para que apure eventual dano ao erário decorrente do pagamento de jtons a integrantes da Comissão de Licitação do Município de Unai;
- III) determinar a intimação das partes, na forma regimental e, transitada em julgado a presente decisão, o encaminhamento dos autos à Coordenadoria de Débito e Multa para fins de cumprimento do disposto no art. 364 e seguintes da Resolução nº 12/2008;
- IV) determinar o arquivamento dos autos, na forma do art. 176, I, regimental, findos os procedimentos.

Votaram o Conselheiro Durval Ângelo e o Conselheiro Presidente Gilberto Diniz, ficando este vencido em parte.

Presente à sessão o Procurador Glaydson Santo Soprani Massaria.

Plenário Governador Milton Campos, 14 de setembro de 2021.

GILBERTO DINIZ  
Presidente

JOSÉ ALVES VIANA  
Relator

(assinado digitalmente)



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

*Coordenadoria de Débito e Multa*

*bs*

Ofício nº 2.499/2023/CDM

Ref.: Processo nº 1.024.676

Belo Horizonte, 16 de fevereiro de 2023.

Prezado Senhor,

Em cumprimento ao disposto no art. 17, *caput*, da Resolução n.º 13/2013, encaminho-lhe a Certidão de Quitação n.º 36/2023, referente à multa que lhe foi imputada nos autos do Processo nº 1.024.676.

Atenciosamente,

WAGNER ROBERTO BARBOSA  
Coordenador de Débito e Multa

ILMO. SR.  
JOSÉ GOMES BRANQUINHO  
PREFEITO, NA ÉPOCA  
RUA BURITIS, N.º 777 - APTO 101, CENTRO  
UNA/MG  
CEP: 38.610-049



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Inscrição CNPJ: 21.154.877/0001-07

Coordenadoria de Débito e Multa

*Assinatura*

Certidão de Quitação nº 36/2023

## CERTIDÃO DE QUITAÇÃO

Certificamos, para fins do disposto no art. 369 da Resolução TCEMG-12/2008, a quitação no valor de R\$2.000,00 (dois mil reais), em 26/12/2022, referente à **multa** imposta na decisão da **Primeira Câmara** de 14/09/2021, publicada no **DOC** de 29/09/2021, nos termos do acórdão à **peça nº. 20**, relativo aos autos de nº **1.024.676 - REPRESENTAÇÃO**, pelo Sr. **José Gomes Branquinho**, CPF 187.310.746-34, conforme comprovação realizada por meio do documento juntado à **peça 27**. É o que consta dos referidos autos. Eu, Antônia M. Chaves do Carmo, TC 02481-1, Analista de Controle Externo, extrai a presente certidão, que assino aos 16 dias do mês de fevereiro de 2023. E eu, WAGNER ROBERTO BARBOSA, TC 02943-0, Coordenador de Débito e Multa, a subscrevo.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Coordenadoria de Pós-Deliberação

65

Processo n.: 1024676

Data: 19/04/2021

**CERTIDÃO DE NÃO MANIFESTAÇÃO**

Realizadas pesquisas junto ao Sistema Gerencial de Administração de Processos, SGAP, **certifico** que não foi registrada, até às 13h35min do dia 19/04/2023, documentação relativa aos presentes autos, encaminhada pelo Sr. José Gomes Branquinho, em face do item II do acórdão de peça. 20.

Guilherme Praes Menezes - 98890

Giovana Lameirinhas Arcanjo  
Coordenadora  
(assinado eletronicamente)

**TERMO DE ENCAMINHAMENTO**

Encaminho os presentes autos conclusos ao Relator.

Giovana Lameirinhas Arcanjo  
Coordenadora  
(assinado eletronicamente)

GPM

## DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Art. 245. A autoridade administrativa competente, esgotadas as medidas administrativas internas, deverá instaurar, sob pena de responsabilidade solidária, tomada de contas especial para apuração dos fatos, quantificação do dano e identificação dos responsáveis, quando caracterizadas as hipóteses previstas no art. 47 da Lei Complementar nº 102/2008.

§ 1º No caso de não cumprimento do disposto no caput deste artigo, o Tribunal determinará a instauração de tomada de contas especial.

§ 2º Não atendida a determinação prevista no parágrafo anterior, o Tribunal, de ofício, instaurará a tomada de contas especial, sem prejuízo da aplicação das sanções legais cabíveis.

§ 3º Após ser protocolizado e autuado, o processo seguirá, imediatamente, ao Relator, que adotará as medidas cabíveis ou poderá determinar o encaminhamento dos autos à unidade técnica competente.

§ 4º Os procedimentos e elementos que integram a tomada de contas especial serão estabelecidos em ato normativo do Tribunal.

Art. 246. As medidas administrativas internas, com vistas ao ressarcimento ao erário, deverão ser adotadas em até 180 (cento e oitenta) dias, contados:

I - da data fixada para apresentação da prestação de contas, nos casos de omissão no dever de prestar contas e da falta de comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Estado ou pelo Município;

II - da data do evento, quando conhecida, ou da data da ciência do fato, nos demais casos.

Parágrafo único. A instrução do processo de tomada de contas especial deverá conter relatório circunstanciado acerca das medidas internas adotadas.

Art. 247. Não será instaurada a tomada de contas especial, caso ocorra o devido ressarcimento integral ao erário no prazo a que se refere o artigo anterior e esteja comprovada a boa fé dos responsáveis.

Parágrafo único. Considera-se como integral ressarcimento ao erário:

I - a completa restituição do valor do dano atualizado monetariamente; ou

II - em se tratando de bens, a respectiva reposição ou a restituição da importância equivalente aos preços de mercado, à época do efetivo recolhimento, levando-se em consideração o seu estado de conservação.

Art. 248. A tomada de contas especial será encaminhada ao Tribunal para julgamento se o dano ao erário for de valor igual ou superior à quantia fixada em decisão normativa.

§ 1º Se o dano for de valor inferior à quantia a que alude o caput deste artigo, ou se houver, no decorrer da tomada de contas especial, o devido ressarcimento ao erário junto ao órgão ou entidade instauradora, o fato deverá constar do relatório do órgão de controle interno que acompanha a respectiva tomada ou a prestação de contas anual da autoridade administrativa competente.

§ 2º As tomadas de contas especiais em tramitação no Tribunal, cujo dano ao erário seja inferior ao valor fixado, poderão ser arquivadas, sem cancelamento do débito, desde que ainda não tenha sido efetivada a citação dos responsáveis.



Leis Municipais



PREFEITURA DE UNAI (MG)  
CNPJ 18.125.161/0001-77

**AUTENTICAÇÃO**

Confere com o original. Dou fé

Unai (MG) 19/06/2023

Tatiane Rodrigues da Rocha  
Assessora de Assuntos Legislativos e Administrativos  
Matrícula 141544

www.LeisMunicipais.com.br

versão consolidada, com alterações até o dia 01/06/2023

LEI Nº 2895, DE 2 DE JANEIRO DE 2014

(Revogada pela Lei nº 3093/2017)

## INSTITUI O PAGAMENTO DE JETON POR REUNIÕES REALIZADAS PELOS PREGOEIROS, MEMBROS DAS EQUIPES DE APOIO E MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DÁ PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE UNAI, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 96, inciso VII da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Unai decreta e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituído o pagamento de jeton para pregoeiros, membros das equipes de apoio e membros da Comissão Permanente de Licitação, nos termos desta Lei.

**Art. 2º** Para os efeitos desta Lei, compreende-se jeton como sendo o valor financeiro pago a servidores investidos nas atividades especiais de trabalho de que trata o artigo 1º desta Lei e que possui natureza indenizatória em decorrência do ônus imposto ao servidor para o desempenho da referida atividade.

**Art. 3º** Ficam fixados os seguintes valores a título de jeton:

I - pregoeiros: R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por reunião; e

II - membros das equipes de apoio e da Comissão Permanente de Licitação: R\$ 200,00 (duzentos reais) por reunião.

§ 1º Os valores percebidos a título de jeton não integram a remuneração dos servidores beneficiados por nenhum efeito e, em razão de sua natureza indenizatória, não integra a base de cálculo da remuneração de contribuição do Regime Próprio de Previdência Social.

§ 2º Sem prejuízo ao bom andamento das atividades de que trata esta Lei, o jeton será atribuído a, no máximo, 5 (cinco) reuniões a cada mês.

§ 3º Nenhum servidor poderá receber o jeton pelo exercício cumulativo e/ou concomitante das funções de pregoeiro, membros das equipes de apoio e membros da Comissão Permanente de Licitação, devendo indicar por qual atividade receberá a indenização.

§ 4º Somente poderão receber o jeton de que tratam os incisos I e II deste artigo os servidores que tiverem sido submetidos a curso de capacitação, tendo obtido o imprescindível certificado para o desempenho da atividade.

08  
2.

**Art. 4º** Os valores estabelecidos no artigo 3º desta Lei serão revistos, anualmente, no mês de janeiro, a partir do exercício financeiro de 2015, nos mesmos índices aplicados à revisão geral da remuneração dos servidores públicos municipais.

**Art. 5º** Os recursos destinados a atender as despesas resultantes desta Lei encontram-se previstos no orçamento fiscal do Município.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Unaí, 2 de janeiro de 2014; 70ª da Instalação do Município.

HERMES MARTINS SOUTO  
Prefeito Municipal em Exercício

*Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.*

*Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 03/07/2018*





# PREFEITURA DE UNAÍ

## ESTADO DE MINAS GERAIS

09  
2.

LEI N.º 3.093, DE 6 DE JUNHO DE 2017.

Revoga a Lei n.º 2.895, de 2 de janeiro de 2014, que “institui o pagamento de *jeton* por reuniões realizadas por pregoeiros, membros das equipes de apoio e membros da Comissão Permanente de Licitação e dá outras providências”.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UNAÍ**, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 96, inciso VII da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Unai decreta e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogada a Lei n.º 2.895, de 2 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Unai, 6 de junho de 2017; 73º da Instalação do Município.

JOSÉ GOMES BRANQUINHO  
Prefeito

WALDIR WILSON NOVAIS PINTO FILHO  
Secretário Municipal de Governo



PREFEITURA DE UNAÍ (MG)

CNPJ 18.125.161/0001-77

AUTENTICAÇÃO

Confere com o original. Dou fé

Unai (MG) 19 / 6 / 2023

*[Assinatura]*

Tatiane Rodrigues da Rocha  
Assessora de Assuntos Legislativos e Administrativos  
Inscricao 141544



**PREFEITURA DE UNAÍ**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**



PREFEITURA DE UNAÍ (MG)  
CNPJ 18.125.161/0001-77  
**AUTENTICAÇÃO**  
Confere com o original. Dou fi.

Unaí (MG) 19 / 6 / 2023

*Tatiane Rodrigues da Rocha*

LEI N.º 3.317, DE 29 DE MAIO DE 2020.

*Tatiane Rodrigues da Rocha*  
Assessora de Assuntos Legislativos e  
Administrativos  
Matrícula 141544

Autoriza abertura de crédito adicional especial, por anulação, ao orçamento vigente.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UNAÍ**, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VII do artigo 96 da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Unaí decreta e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial, por anulação, ao orçamento vigente, no valor de até R\$ 7.392,05 (sete mil trezentos e noventa e dois reais e cinco centavos), para atender às programações discriminadas no Anexo I desta Lei.

§ 1º Os recursos destinados a atender às despesas decorrentes da abertura do presente crédito especial serão provenientes das anulações especificadas no Anexo II desta Lei.

§ 2º A vigência do crédito adicional especial autorizado no *caput* deste artigo está em conformidade com o disposto no parágrafo 2º do artigo 167 da Constituição Federal.

§ 3º O presente crédito adicional especial, por anulação, destina-se às despesas orçamentárias com pagamento de jetons, nos termos da Lei n.º 2.895, de 2 de janeiro de 2014, conforme determinado pela Sentença Judicial n.º 0007194-12.2018, proferida pela Meritíssima Juíza de Direito Doutora Fernanda Laraia Rosa do Juizado Especial da Comarca de Unaí (MG).

§ 4º As programações constantes do Anexo I desta Lei passarão a ser abrangidas pela autorização legislativa para abertura de créditos adicionais suplementares ao orçamento vigente após serem incorporadas ao quadro das dotações e desde que haja limite global disponível.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Unaí, 29 de maio de 2020; 76ª da Instalação do Município.

**JOSÉ GOMES BRANQUINHO**  
Prefeito



**PREFEITURA DE UNAÍ**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

11  
L.

(Fls. 2 da Lei n.º 3.317, de 29/5/2020)

WALDIR WILSON NOVAIS PINTO FILHO  
Secretário Municipal de Governo



**PREFEITURA DE UNAI**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

12  
7

(Pto. 3 da Lei n.º 5.317, de 29/5/2020)

ANEXO I DA LEI N.º 5.317, DE 29 DE MAIO DE 2020

**SUPRÁS PROGRAMACIONES**

| Item  | Classificação Orçamentária             | Ficha | Fonte | Valor (R\$) |
|-------|--|-------|-------|-------------|
| 1     | 02.13.04.28.044.0000.0000.3.1.90.51.00 | Nova  | 100   | 7.207,05    |
| Total |  |       |       | 7.207,05    |



**PREFEITURA DE UNAÍ**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

13  
L.

(Fls. 4 da Lei n.º 3.317, de 29/5/2020)

ANEXO II DA LEI N.º 3.317, DE 29 DE MAIO DE 2020.

ORIGEM DO RECURSO

| Ordem | Classificação Orçamentária         | Ficha | Fonte | Valor (R\$) |
|-------|------------------------------------|-------|-------|-------------|
| 1     | 02.04.01.99.9999.9999.9.9.99.99.00 | 197   | 100   | 7.392,05    |
| Total |                                    |       |       | 7.392,05    |



# PREFEITURA DE UNAÍ

## ESTADO DE MINAS GERAIS

147

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG

Assessoria de Publicações da Prefeitura e/ou  
Assessoria de Computadores (Internet), na  
Presidência da Prefeitura Municipal e da legislação vigente.

DECRETO Nº 7.121, DE 19 DE JUNHO DE 2023.

19/6/2023  
Assessoria de Publicações  
SERVIDOR RESPONSÁVEL

Dispõe sobre a designação e nomeação de membros para Comissão de Tomada de Contas Especial e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UNAÍ, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, especialmente as que lhe são conferidas pelo artigo 141, III, alínea "d" da Lei Orgânica do Município,

**CONSIDERANDO** as razões assentadas no processo administrativo nº 12745/2023;

**CONSIDERANDO** o disposto na Resolução nº 12/2028, especialmente os artigos 245 e 249 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG;

**CONSIDERANDO** o disposto no Acórdão constante no processo nº 1024676 – Representação – TCEMG;

### DECRETA:

Art. 1.º Fica instaurada Tomada de Contas Especial, com base nas disposições dos artigos 245 e 249 da Resolução nº 12/2008 – que dispõe sobre o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de apurar eventual dano ao erário decorrente do pagamento de jetons a integrantes da Comissão de Licitação do Município de Unai-MG.

Art. 2.º A comissão constituída para o objetivo disposto no artigo 1º deste Decreto, será composta dos seguintes membros:

I – Clever Rodrigues Ramos Júnior, servidor efetivo, ocupante do cargo de Procurador, inscrito na matrícula funcional sob o nº 136850;

II – Darly Rodrigues do Nascimento, servidor efetivo, Auxiliar Administrativo, ocupante do cargo de Controlador Interno, inscrito na matrícula funcional sob o nº 142523; e

III – José Liliomar Sousa Caixeta – servidor efetivo, ocupante do cargo de Assistente Técnico, inscrito na matrícula funcional sob o nº 013781.

Praça JK - Centro - Fone: (38) 3677-9610 - CEP 38.610-029 - Unai - Minas Gerais  
e-mail: gabinetepmu@prefeituraunai.mg.gov.br - site: www.prefeituraunai.mg.gov.br



# PREFEITURA DE UNAÍ

## ESTADO DE MINAS GERAIS

15  
2.

(fls. 2 do Decreto nº 7.121, de 19 de junho de 2023).

Art. 2º A Comissão terá as seguintes atribuições:

- a) verificar se houve dano ao erário com o pagamento de jetons;
- b) apurar responsabilidades;
- c) apuração de fatos e identificação de responsáveis, caso seja verificado a existência de dano;
- d) orientar sobre o possível ressarcimento; e
- e) desenvolver outras atividades correlatas.

Art. 3º Fica designado como Presidente da Comissão o servidor Clever Rodrigues Ramos Júnior, devidamente identificado no inciso I do artigo 2º deste ato administrativo.

§ 1º Os membros da Comissão reunir-se-ão, imediatamente após a data de publicação desta Portaria, para estabelecerem seu Plano de Trabalho objetivando o bom desempenho das atribuições aqui delineadas.

§ 2º A função de membro da Comissão não será remunerada, sendo considerada, porém, serviço de relevante interesse público, devendo ser registrada, portanto, nos assentamentos funcionais dos aludidos servidores.

Art. 4º A Comissão deverá apresentar suas manifestações, relatórios e documentos, no prazo de 30 (trinta) dias, podendo este prazo ser prorrogado em caso de extrema necessidade por igual período.

Art. 5º Fica a Procuradoria do Município incumbida de informar nos autos em trâmite no TCEMG a instauração desta Tomada de Contas, conforme item II do Acordão, constante no processo nº 1024676.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Unaí-MG, 19 de junho de 2023; 79º da Instalação do Município.

José Gomes Brancquino  
Prefeito

Pedro Imar Melgaço  
Secretário Municipal de Governo